

A ORGANIZAÇÃO DO CURSO DE TÉCNICA BIBLIOGRÁFICA A EFECTUAR EM LUANDA DE 21 DE NOVEMBRO A 5 DE DEZEMBRO DE 1966

Na sua habitual reunião mensal de Abril de 1965, a Redacção de *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação* analisou as possibilidades da organização no Ultramar Português de um Curso de Técnica Bibliográfica. Depois de discutida a sugestão e de verificadas as suas inúmeras vantagens, assentou-se em se formular um pedido ao Sr. Ministro do Ultramar, expondo-lhe o assunto, o que realmente se fez pelo nosso ofício C-19-65, de 3 de Maio de 1965. A estrutura do Curso obedeceria às seguintes directrizes: 1) Prático, destinado a servir os que trabalham diariamente nas bibliotecas, centros de documentação e arquivos; 2) Partia-se, portanto, de um *aluno médio*; 3) Quem ministraria as lições seriam diplomados com o Curso de Bibliotecário-Arquivista e tais lições seriam feitas ao nível de monitores com permanente diálogo entre eles e os participantes. Os objectivos que se visavam eram os seguintes: 1) Divulgar as práticas bibliográficas já usadas na Metrópole; 2) Preparar, em moldes práticos, o pessoal de rotina que trabalha nas bibliotecas, centros de documentação e arquivos do Ultramar; 3) Demonstrar a real capacidade dos técnicos metropolitanos, numa dupla afirmação do seu valor científico e do seu espírito de organização.

A fase que se pretendia vencer estava já bem para diante da da *sensibilização*, pois esta tinha sido realizada pelos Colóquios e Reuniões Científicas que o Director do Centro de Documentação Científica Ultramarina, Dr. Zeferino Paulo, promovera em boa hora, e ainda graças aos trabalhos que o Doutor Silva Rego ali levava a efeito sobre a Arquivística. Portanto, abria-se-nos uma outra perspectiva, ia agora empreender-se por novo caminho: transmitir uma experiência, em moldes práticos, aos que têm a seu cargo as actividades de rotina de tais estabelecimentos. Haveria, ainda, a par propriamente do Curso, mesas-redondas e conferências destinadas também aos directores e aos outros elementos mais qualificados das bibliotecas, centros de documentação e arquivos, que quisessem tratar dos problemas num nível mais elevado, enfim, discutir toda a problemática em causa, adentro das mais recentes conquistas técnicas.

O Curso estava pois, moldado em faces polivalentes, afim de interessar o maior número de pessoas e em vários níveis, desde os mais práticos até aos mais amplos e teóricos com as mesas-redondas.

Ao dirigir-se aquele ofício ao Sr. Ministro do Ultramar, pedira-se que o Curso se efectuasse em Angola e Moçambique. Em 13 de Julho de 1966, pelo ofício 1536-66, C-12.9, da Direcção-

-Geral do Ensino, obtivera-se a resposta afirmativa de Angola, por intermédio do Presidente do Instituto de Investigação Científica de Angola, Doutor Cannas Martins, que demonstrou desde logo um alto espírito de compreensão pela iniciativa, enquanto a resposta de Moçambique fora negativa. O Ministério do Ultramar, por intermédio do Director-Geral do Ensino, Doutor Justino Mendes de Almeida, a quem desejamos aqui reiterar os nossos maiores agradecimentos, deu-nos o melhor dos seus apoios e incitou-nos a prosseguir numa realização de tão alto interesse nacional e técnico.

Obtida a resposta positiva de Angola e conhecidas as limitações que esta apresentava em relação ao nosso projecto inicial que era bem mais vasto, imediatamente se iniciaram as diligências no sentido de se estabelecer um quadro das disciplinas fundamentais a ministrar. Desde logo — e adentro do espírito prático que nos propúnhamos — se estabeleceu uma hierarquia nas disciplinas. Como principais aparecem naturalmente as da Catalogação e da Classificação, pois o nosso desejo primordial é este: que o participante do Curso possa sair dele a manejar com relativo à-vontade os códigos mais úteis da Catalogação e as tabelas da Classificação Decimal Universal. Mas para que isto possa acontecer, é necessário que haja uma *perfeita complementaridade*. Daí se haver escolhido um tipo especial de outras disciplinas, como a Normalização, Documentação, Administração, Catálogos colectivos, Catálogos Alfabéticos de Matérias e as próprias Bibliotecas Itinerantes, como forma *agressiva* da extensão cultural. Ou mais exactamente: adentro de tempo limitado, dar-se uma *visão total*. Por outro lado, e atendendo às condições específicas da província — que tem os mais ricos arquivos da África ao sul do Equador, no dizer autorizado do Doutor Silva Rego — entendeu-se que a Arquivística também tinha de estar representada por duas disciplinas: a dos Arquivos Históricos e Arquivos de Empresa, sendo esta hoje em dia indispensável na vida económica de qualquer região. Entrámos então em contacto com os colegas que, por função específica ou por inclinação pessoal, mais de perto têm lidado com estas matérias. Verificou-se que as duas principais disciplinas, Catalogação e Classificação, tinham de ser ministradas por maior número de monitores — três por cada disciplina, que acompanhariam de perto os trabalhos dos participantes, ou seja uma média de dez por cada monitor dessas disciplinas.

Como razão fundamental do êxito da iniciativa, entendeu-se que era indispensável a criação de um secretariado que tivesse como atribuições próprias toda a organização administrativa e técnica de um Curso que decorrerá nos moldes apontados. Assim estabeleceu-se um Secretariado composto por quatro elementos, cuja acção há sido deveras meritória, tanto mais que a organização — e não podia ser doutra forma, pois os bibliotecários e arquivistas fazem da *organização* o seu principal pendão! — tem sido cuidada. Esse Secretariado tem a seu cargo desde a simples documentação para as passagens até à planificação e assistência ao Curso, fornecendo também os elementos didácticos. Composto pelas Dr.as Rosalina Silva Cunha e Rosa Maria Mouta Dias, e Drs. Joaquim Tomás Pereira e José Manuel Mota de Sousa, o Secretariado passou a ter uma ficha de atribuições devidamente determinada e complexa nos campos da organização e da técnica bibliográfica, tanto mais que é dele

que poderão sair os elementos que substituirão qualquer monitor no caso de impossibilidade de última hora.

Delineada a hierarquia das disciplinas, estabelecido o Secretariado, dada a colaboração dos colegas, determinou-se, conseqüentemente, o número de horas que cada uma devia ter para um Curso intensivo. Assim ficou assente:

Introdução geral, 2 horas, pelo Dr. Jorge Peixoto.

Catálogo geral, 10 horas, a cargo da Dr.^a Maria Teresa Pinto Mendes, bibliotecária da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra; da Dr.^a Maria Tília Mendonça Machado de Araújo, bibliotecária da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, e da Dr.^a Manuela Martins, bibliotecária da Biblioteca Nacional de Lisboa;

Classificação, 8 horas, a cargo do Eng. António Portocarrero, bibliotecário da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto; da Dr.^a Dulce Cabrita, bibliotecária do Instituto Superior de Ciências Económicas da Universidade Técnica de Lisboa, e da Dr.^a Fernanda de Brito, bibliotecária da Biblioteca Municipal do Porto.

Normalização, 5 horas, pelo Dr. Mário Alberto Nunes Costa, director da Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas e presidente da Comissão Técnica de Normalização de Documentação;

Documentação, 5 horas, pelo Dr. Adelino de Almeida Calado, bibliotecário da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra;

Administração de Bibliotecas e Arquivos, 5 horas, pela Dr.^a Maria Teresa Mantero, bibliotecária do Laboratório de Física e Engenharia Nucleares de Lisboa;

Catálogos colectivos, 4 horas, pela Dr.^a Rosalina Lopes, bibliotecária da Biblioteca Nacional de Lisboa;

Catálogo alfabético de matérias, 4 horas, pelo Dr. Jorge Peixoto, bibliotecário da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e incumbido de regência do Curso de Bibliotecário-Arquivista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;

Arquivos de empresa, 4 horas, pelo Dr. Alberto Iria, director do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa;

Arquivos históricos, 3 horas, pela Dr.^a Teresa Acabado, conservadora do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa;

Bibliotecas itinerantes, 2 horas, pelo Dr. José Joaquim de Abreu Barbosa, bibliotecário da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e inspector das Bibliotecas Itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian;

A par das lições organizar-se-ão quatro mesas-redondas, estando desde já previstos dois temas: Cooperação e Classificação Decimal Universal. A estrutura das mesas-redondas está concebida da seguinte maneira: Director de debate, que apresentará um informe de base, num máximo de 30 minutos, um moderador, dois animadores, discussão geral e relator final, que tirará conclusões dos debates. Os outros dois temas das mesas-redondas serão propostos de acordo com os interesses das participantes.

O Curso terá, pois, umas sessenta horas, a distribuir de 21 de Novembro a 5 de Dezembro, o que dá uma média aproximada de seis horas diárias. Dir-se-á que é demais para os participantes. Realmente assim sucede, mas como curso intensivo e como se dispõe de pouco tempo — uns escassos doze dias úteis — não tivemos outra solução.

Haverá ainda duas conferências proferidas pelo bibliotecário-chefe da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Dr. César Pegado.

O número de participantes do Curso entendeu-se não dever exceder as duas dezenas, pois só com tal número, pedagogicamente recomendado, é que as lições são frutuosas e só com poucos elementos se poderá distribuir uma profusa e abundante documentação como a que levamos. Atendendo, porém, ao que nos foi sugerido de Angola, o número de participantes foi elevado para as três dezenas, o que nos acarreta compreensíveis dificuldades.

As lições, por seu turno, são apoiadas pela distribuição prévia de *Planos do Curso* que se apresentam de duas maneiras: ou resumidos ou já desenvolvidos à maneira de *syllabus*. No entanto, abundante documentação foi igualmente distribuída. Neste momento foram elaborados 44 documentos de que parte está já nas mãos dos participantes, em Luanda. Obedecendo à característica geral, — o ser um Curso prático, insista-se — esta documentação é útil e visa a ser um elemento de informação imediato a que se recorrerá a todo o momento.

A organização do Curso tem tido em Luanda, além do magnífico apoio do Instituto de Investigação Científica de Angola, a colaboração constante e inteligente do nosso colega Dr. António Correia, bibliotecário dos Estudos Gerais Universitários de Angola.

Um facto nos cumpre registar com o maior aprazimento: todas as entidades a quem nos dirigimos a solicitar a sua cooperação para esta iniciativa, logo se mostraram de uma extraordinária compreensão. Assim podemos dispor de documentação abundante e útil relativa à Unesco, à Normalização, à Documentação, à Arquivística, etc., graças precisamente a tal compreensão para o Curso.

Por outro lado, graças também à compreensão dos directores dos serviços, o Instituto de Alta Cultura num gesto altamente significativo, concedeu a equiparação a bolseiro a todos os funcionários públicos que se deslocarão a Angola para ministrar os seus conhecimentos neste Curso.

A responsabilidade que impende sobre os ombros dos bibliotecários e arquivistas que vão ministrar o Curso a Luanda é uma dupla responsabilidade. Em primeiro lugar, eles vão estabelecer um diálogo de características técnicas com os que *diária e constantemente* se vêem com a dificuldade de encabeçar uma ficha, com a dificuldade de escolher um modelo normalizado para um arquivo, etc., etc. Em segundo lugar, eles vão — uma vez mais! — demonstrar que o País tem nos seus bibliotecários e arquivistas um escol que tão mal compreendido tem sido. Por isso mesmo, temos a perfeita consciência do que representa esta nossa realização de Angola.